

Educação em alerta: servidores pedem recomposição salarial de 41,83% e cobram negociação com o Governo de Minas



Servidores da educação básica de Minas Gerais reivindicam 41,83% de recomposição salarial para compensar perdas acumuladas entre 2019 e 2025. A demanda foi apresentada durante audiência pública realizada nesta terça-feira (17/3) na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a pedido do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG), que lançou oficialmente a Campanha Salarial 2026.

Os trabalhadores da educação estão em greve há cerca de duas semanas e defendem que o reajuste seja aplicado a todas as carreiras e níveis da educação básica. Segundo os representantes da categoria, o percentual reivindicado corresponde às perdas salariais acumuladas ao longo dos últimos anos.

Durante a audiência, a coordenadora-geral do Sind-UTE/MG, Denise Romano, criticou a ausência de diálogo com o governo estadual.

“É muito duro um processo de negociação que não acontece. Isso é violento e não pode ser normalizado”, afirmou.

A dirigente sindical também apresentou dados que apontam que, nos últimos seis anos, o governo estadual teria aberto mão de quase R\$ 100 bilhões em impostos por meio de renúncias fiscais, o que, segundo ela, teria reduzido os recursos destinados à educação.

“A gente vive uma sangria por causa dessa escolha política de favorecer o mais forte em detrimento do povo, dos trabalhadores”, avaliou.

Denise Romano alertou ainda para o impacto da desvalorização salarial na permanência de profissionais na carreira docente.

“As pessoas estão preferindo trabalhar em aplicativos de transporte a dar aula. Isso não é um problema?”, questionou.

Outro ponto criticado durante a audiência foi o leilão de 95 escolas estaduais, previsto para ocorrer no próximo dia 25 de março, na B3, em São Paulo. As unidades estão distribuídas em 34 municípios mineiros e atendem cerca de 70 mil estudantes.

O diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Luiz Fernando de Souza Oliveira, também criticou a política salarial do governo estadual.

“É um acinte viver em um estado que paga alguns dos mais baixos salários para os profissionais da educação e um dos mais altos salários para governador no Brasil”, afirmou.

Segundo ele, além de não pagar o piso nacional do magistério integralmente, o governo estadual também não estaria aplicando o piso proporcional para toda a carreira.

Governo anuncia reajuste de 5,4%

A audiência ocorreu em meio ao anúncio do Governo de Minas Gerais de um reajuste de 5,4% para todo o funcionalismo público estadual.

De acordo com nota oficial, a recomposição salarial deve beneficiar cerca de 673 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas da administração direta e indireta do Estado, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.

No entanto, representantes da educação afirmam que o percentual proposto não cobre as perdas acumuladas ao longo dos últimos anos, reforçando a necessidade de abertura de uma mesa de negociação entre o governo e a categoria.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/7922/educacao-em-alerta-servidores-pedem-recomposicao-salarial-de-41-83-e-cobram-negociacao-com-o-governo-de-minas-em-02/05/2026-09:05>